

Do conteúdo à narrativa: um estudo da Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo¹

From content to narrative: a study of 'Pública' - Reporting Agency and Investigative Journalism

Gabrielle Rumor Koster ²
Felipe Simão Pontes³

Resumo: A Pública tem diversas características que fortalecem o seu potencial de objeto de pesquisa: a produção de jornalismo investigativo, no meio online, com característica de Agência e de republicação, financiada pública e coletivamente. Busca-se reconhecer as diversas formas de estruturar narrativamente os conteúdos das reportagens feitas pela Pública. Como objetivos específicos, apresentam-se mecanismos de investigação jornalística evidenciadas nos textos das reportagens, como local, autoria e fontes - indícios do investigativo como estratégia narrativa das reportagens da Agência -, bem como a indicação de ferramentas multimidiáticas que auxiliam na composição narrativa. Ademais, estudam-se as características que especificam as reportagens prioritariamente focadas em dados e as em interesse humano. Discute-se a relação entre as técnicas para exposição dos dados e para a humanização do relato utilizada pela Pública com a finalidade de entender o esforço da verossimilhança presente na narratividade dessas reportagens.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo. Pública. Narrativas.

¹ Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 2 e 4 de julho de 2015.

² Jornalista pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: gabrielle_koster@hotmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação e do curso em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Sociologia Política e Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: felipe271184@yahoo.com.br.

Abstract The public has several features that enhance its potential for research object: the production of investigative journalism in the online environment, with feature Agency and republication, financed publicly and collectively. The aim is to recognize the various forms of narrative structure the contents of the reports made by the public. The specific objectives are presented investigative reporting mechanisms evidenced in the texts of reports such as location, authorship and sources - investigative clues as narrative strategy of the Agency's reports - and the indication multimediatc tools that assist in the narrative composition. In addition, the are studied characteristics that specify primarily focused on data reports and on human interest. Discusses the relationship between the techniques for data exposure and to humanize the account used by the public for the purpose of understanding the effort of this likelihood the narrative of these reports.

Keywords: Investigative Journalism. Pública. Narrative.

.....

1 DA APRESENTAÇÃO AO MÉTODO

Esse artigo apresenta, por meio de uma análise narrativa, os mecanismos de produção de jornalismo investigativo da Pública. Para tal tarefa foram elencadas seis reportagens: "Olhar indigesto", "A Batalha de Humaitá", "Jogados aos leões", "As quatro irmãs", "Como se absolve um Policial" e "Em 2014, Sabesp vendeu água do Cantareira com desconto." Buscou-se equilibrar conteúdos focados em personagens com os de dados, bem como contemplar mais editorias da Pública, com base nos conceitos metodológicos de Motta (2005) e de Barbosa, Normande, Almeida (2014).

Motta (2005) expõe que a narrativa expressa o conhecimento tanto objetivo quanto subjetivo, colocando os fatos em uma ordem cronológica e lógica. Desse modo a narrativa é a maneira de descrever por meio de uma sequência de estados de transformação de uma dada intriga. Isso organiza o discurso e dá significações aos atos, interligando passado, presente e futuro em uma sequência. O autor expõe que as narrativas midiáticas, mais do que representar a realidade, ordenam ações para estratégias culturais em contexto.

Motta elenca seis movimentos como procedimentos de análise. O primeiro está relacionado à recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico. Trata do período que determinado tema fica no noticiário, o que exige a análise de continuidades temáticas ou a unificação artificial de várias unidades (reportagens, notícias) que tratem do mesmo fato em diferentes momentos. O segundo movimento está na identificação dos conflitos. São eles que oferecem brechas para novos atos e episódios que mantêm a narrativa viva. Normalmente a

composição do conteúdo nasce de um drama, de uma situação negativa, tendo dois lados, no mínimo, em confronto. Na terceira etapa, Motta propõe a análise da construção de personagens, com a atribuição de papéis. Estes podem ser os protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, etc. Motta destaca que é comum ao jornalismo que os personagens sejam individualizados de maneira intensa, como eixos da história.

No quarto movimento de análise, Motta expõe as estratégias comunicativas. Neste caso, busca-se identificar a posição do jornalista como narrador da história. O esforço do jornalismo pelo realismo e pela objetividade é trazido ao proscênio com vistas a identificar táticas para a construção dessa forma de narrar. Identifica, ainda, o local para gerar veracidade, bem como instituições por seus nomes próprios, datas e horários específicos, bem como o uso de estatísticas e números para transmitir veracidade. Já nas estratégias de subjetivação, o repórter conta as “tragédias e epopeias humanas” por meio da narrativa jornalística, apesar de deixá-la em aberto no final. Nesse outro lado da composição, a retórica jornalística apresenta-se tão rica como a linguagem literária, despertando emoções em seus leitores, seja causando espanto, medo, compaixão, riso, surpresa, etc. Eles promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas (MOTTA, 2005, p.11).

O quinto movimento trata a relação comunicativa e o contrato cognitivo. É o ponto de vista na narrativa, sendo ele de quem vê e de quem fala, o enquadramento e foco narrativo na composição textual. Aqui a atenção passa do texto para uma relação comunicativa intersubjetiva. O leitor ligará os fatos lidos com outros de sua memória, preenchendo lacunas. O último movimento de análise é o de metanarrativas, ou significados de fundo moral. Essa construção pode estar logo no início, aparecer gradualmente ou somente no final da narrativa.

Como um sétimo aspecto observado à análise propriamente narrativa, considera-se como a Pública utiliza táticas de humanização dos relatos. Para além da visão mais filosófica de humanização, considera-se o conceito como parte da composição da narrativa de uma situação complexa a partir de personagens. É ele quem será o guia, o fio condutor do relato jornalístico (ALVES E SEBRIAN 2008). Nessa temática, outro questão é destacada, a humanização dos dados.

Por fim, Barbosa, Normande, Almeida (2014) trazem as narrativas digitais e em base de dados para a análise. Apresentam cinco aspectos para estudo: a mídia, que une os elementos, criando um roteiro e um suporte narrativo; ação, o movimento ocorrido no próprio conteúdo; o relacionamento, que trata da forma como conteúdo pode ser acessado, seja por personalização ou interatividade; contexto, que se potencializa no digital aonde é possível criar links informações adicionais; comunicação, a qual trata da habilidade em se comunicar com as pessoas. Outra categorização considera uma tríplice exigência nas narrativas jornalísticas no digital: a conexão possibilitada pela hipertextualidade, a coesão posta pela multimídia e a liberdade aparente dada pela personalização.

A partir dessas contribuições teóricas, das mais basilares às mais específicas, apresenta-se um quadro de categorias de análise narrativa do conteúdo para as seis reportagens da Pública selecionadas.

CATEGORIAS DE ANÁLISE NARRATIVA	O QUE SERÁ ANALISADO NO CONTEÚDO DA PÚBLICA?
DE ORDEM TEXTUAL	
Recomposição da intriga – serialidade dos fatos	Como é o esforço da reportagem em relembrar os fatos anteriores? Como oferece sequência e projeta desdobramentos a partir do elemento desencadeador?
Identificação de conflito	Como é posto conflito que faz nascer a narrativa jornalística? Qual expectativa é criada?
Construção dos personagens	Como é feita a individualização do personagem e sua importância na narrativa jornalística? Nas reportagens ligadas aos dados existem personagens explícitos?
Esforço de objetivação	Quais as expressões usadas para demarcar veracidade e noção de presente?
Esforço de subjetivação	Quais expressões e figuras de linguagens usadas para humanizar os fatos e dados brutos?
Contextualização	Em qual contexto o conteúdo se insere?
Fundo moral	Existe expressão de fundo moral na narrativa?
Humanização	Como o texto trás o personagem para humanizar os fatos e dados apresentados?
DE ORDEM DOS RECURSOS VISUAIS	
Conexão	Como os hiperlinks estão dispostos para compor a narrativa?
Coesão	Como os aspectos de multimídia que compõem o conteúdo complementam a narrativa?
Liberdade aparente	Quais os aspectos de personalização podem ser vistos?

Quadro 1: Categorias da análise narrativa
Org: a autora

2 “OLHAR INDIGESTO”

A reportagem “Olhar indigesto” traz as memórias dos parentes de agentes da repressão durante a ditadura militar. A linha de apoio esclarece de onde parte o relato. Não há um esforço de rememorar a temática para o seu público leitor, até mesmo por ser um tema amplamente trabalhado e conhecido em seus diversos vieses. Não se trata de um fato novo que precisa ser recomposto a fim de que o leitor se situe. O que há de novo é o relato dos personagens específicos elencados no conteúdo. Em relação à recomposição da intriga, o tema ditadura militar é bem trabalhado na Pública, tanto que existe uma categoria específica para ela no menu "Reportagens". O conflito é exposto logo no primeiro parágrafo.

O primeiro período da reportagem insere o repórter/ narrador na narrativa: "Era sábado de manhã e o encontro havia sido marcado para dali a algumas horas. Com a certeza da entrevista, os detalhes antecipados em conversas informais pairavam no ar." O período seguinte já expõe o conflito, esclarecendo que a primeira entrevistada constantemente precisava mudar de endereço durante a infância, não tinha amizades, era acompanhada no caminho para escola e sofria ameaças. O conflito nasce, portanto, das narrativas dos relatos de parentes das pessoas que trabalharam diretamente em aparelhos da Ditadura Militar. Esse primeiro relato se objetiva ao apresentar os personagens ao leitor: a filha de um delegado que trabalhou durante o período militar no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS). Eis aqui, também, um esforço de objetivação.

Outros personagens vêm em seguida, familiares de Rubens Tucunduva, antigo delegado do DOPS, e a de Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Da família Tucunduva a entrevistada foi Cristina Cardozo de Mello Tucunduva, de 47 anos, filha de Rubens. Aqui um novo esforço de objetivação ao expor nome e sobrenome das pessoas relacionadas, bem como idade. No relato de Cristina é exposto que ela era muito nova para compreender a situação, mas que os irmãos mais velhos eram escoltados para a escola. Eles não quiseram conceder entrevista e Cristina justifica o fato por considerar as situações traumáticas para os irmãos. O trecho expressa a humanização dos fatos a partir dos personagens bem como individualiza o relato nessas pessoas. Um terceiro núcleo é criado por Márcia Dias, filha de Erasmo Dias, o qual liderou uma invasão na PUC, fato que fez Márcia ser barrada na instituição. Ela não quis ser entrevistada e disse aos repórteres "[...] desisti da

entrevista. Sou eu a filha que passou na PUC” (MONTEIRO; MOTA, 2013). Quem falou sobre foi sua filha, Renata Dias Pacheco, de 26 anos, explicando que a mãe não pode se matricular na instituição por causa de sua origem, sendo verbalmente humilhada. Aqui uma palavra chama a atenção na reportagem: "a jovem comenta a ingenuidade da mãe", se referindo ao fato dela ter apenas 18 quando foi barrada.

Todas as histórias se complementam e tem graus diversos de emoção nas falas das fontes. A hierarquização estimula a leitura de todo o conteúdo em um sentimento do leitor de “o que poderá ter pela frente” com base no relato. A veracidade também está demarcada nos detalhes que a reportagem põe em sua narrativa, nos trechos em aspas, frisa-se, na exposição dos nomes completos dos personagens em alguns casos, cargos, relação de parentesco com as pessoas que trabalharam na ditadura, idades e marcas temporais. Existem algumas expressões que humanizam o relato, como demarcação de emoções dos personagens: “O nervosismo e o medo de menina permanecem na mulher de meia idade que prefere cancelar o encontro para evitar um desconforto na família” (MONTEIRO, MOTA, 2013). Há, ainda, uma expressão de fundo moral ao dizer que essas pessoas sofreram, em maior ou menor medida, influência dos atos de seus familiares durante a ditadura e que essa influência foi negativa. Apenas uma fonte, Renata, mostrou-se favorável às posições do avô, acrescentando que “na época faria a mesma coisa”.

Em relação aos recursos visuais empregados, apenas texto é utilizado. Como se trata de uma reportagem de relatos, expor os personagens não parece algo que complemente a narrativa a não ser por firmar a sua veracidade. Não há, também, nenhum link no conteúdo.

3 “EM 2014, SABESP VENDEU ÁGUA DO CANTAREIRA COM DESCONTO”

O texto resulta de um pedido de acesso à informação sobre a Sabesp. A empresa assinou 16 contratos de demanda firme usando o Cantareira. Isso acrescentou uma demanda de 120 milhões de litros por mês no sistema já em degradação. Mesmo com a maior crise de abastecimento da história de São Paulo, um terço dos contratos usava água da Cantateira, ou seja, mais da metade da demanda do recurso (120 de 220 milhões). Somente em fevereiro de 2014, a Sabesp retirou uma obrigatoriedade: que houvesse um consumo mínimo por parte das

empresas contratantes, fato que gerava descontos de até 75% na conta. De qualquer maneira os descontos e os contratos continuavam ativos, o último assinado em novembro de 2014.

O conflito da reportagem é posto longo no título, bastante direto. Porém, não se tem a dimensão da questão, o que é resolvido ao explicar que os descontos foram feitos com a venda da água do sistema Cantareira "um sistema já em colapso". Os dados apontam ponto a ponto o que o documento obtido a partir da Lei de Acesso à Informação continha. A individualização de personagem é muito mais fluida nesse conteúdo. O que se pode destacar é a figura do ex-Corregedor Geral da Administração Gustavo Ungaro. Foi ele quem determinou a entrega dos contratos, mas um mês depois foi retirado e substituído pelo promotor de Justiça Ivan Francisco Pereira Agostinho. Nesse caso, a Pública apenas expõe o fato da substituição, mas oferece interpretação de retaliação ao ex-corregedor. Busca informações de contexto a fim de ampliar a visão que o leitor tem sobre o tema. Traz, por exemplo, que o sistema Cantareira está 9,2% abaixo do nível normal, num volume reduzido em relação ao mesmo período no ano anterior. Critica-se também a Sabesp por esconder, por três vezes, conteúdo de interesse público não expondo as empresas as quais possui contrato de demanda firme. No texto: "Estão riscados nos documentos os nomes das empresas e de seus representantes, o valor total dos contratos, a vigência, a tarifa praticada e até mesmo a equação utilizada para chegar a tal tarifa. Nem a data de assinatura escapou da canetada da Sabesp. Sem essas informações não é possível fazer uma análise consistente sobre a política de demanda firme." (VIANA, 2015).

Outro fator interessante é a demarcação de tempo: todas as datas são claramente expressas, desde os comparativos de níveis da Cantareira, ao histórico de assinatura, pelas empresas, os contratos de demanda firme bem como o "envio imediato" das informações pela SPTrans. O próprio título já traz a marca de tempo. Isso auxilia na veracidade, com a exatidão de percentuais e valores em litros comprometidos do sistema Cantareira. A expressão de fundo moral é utilizada em praticamente todo o texto, principalmente porque a da Pública expõe o descumprimento da Sabesp em expor informações de interesse público. Além disso, escancara o contrassenso da necessidade de economia frente aos contratos firmados.

Em relação aos recursos visuais, a reportagem abre com uma foto do sistema Cantareira: um chão completamente rachado pela ausência de água. A fotografia do Mídia

Ninja apresenta uma força estética ao expor o solo rachado (que faz alusão a seca) e um tonel de água corroído e enferrujado. Outro recurso visual é o documento enviado pela SPTrans, na íntegra, como último item da página. Um terceiro recurso é um infográfico que expõe o consumo dos contratos de demanda firme assinados em 2014, expondo por meio de um gráfico de barras o consumo, mês a mês, do sistema Cantareira em um comparativo com os outros sistemas.

4 “A BATALHA DE HUMAITÁ”

A reportagem investiga a suspeita de que indígenas eram responsáveis pelo desaparecimento de três pessoas. A linha de apoio já traz a narratividade da produção, ao dizer que o fato “[...] funcionou como um rastilho de pólvora em uma região marcada pela ilegalidade, violência e omissão do Estado” (CASTILHO, 2014). O conteúdo inicia de um modo bastante narrativo e diferenciado. Os trechos são divididos em nove cenas.

Há conversas na fila do banco sobre o tema, como ocorre na cena 2, protestos feitos pelos moradores por conta dos desaparecidos na região como ocorre na cena 3 ou a descrição do terror instalado na região após a sede da Funasa ser queimada, deixando várias pessoas sem atendimento médico. São cenas descritivas, em maior ou menor medida. Na cena 2, por exemplo, há um esforço maior de narratividade do repórter: “O pai com corrente de ouro na camiseta semiaberta, relógio de ouro, pulseira de ouro. Na ponta da corrente, Jesus Cristo. Chega um amigo e senta ao lado do pai”. A cada cena um aspecto é humanizado. Os fatos são expostos a partir de datas e locais: “Primeiro dia útil de 2014”; “Terra Indígena Tenharim, km 123 da Rodovia Transamazônica, sul do Amazonas”. (CASTILHO, 2014).

Após as cenas descritas pelo repórter, a Pública se apresenta de outra forma: colocando em conflito os fatos que viu em Humaitá. Destaca que a culpa pelo desaparecimento de três pessoas brancas foi posta nos indígenas sem qualquer investigação oficial e que o espaço é marcado pela violência. Traz ainda o total repúdio da população em relação aos indígenas depois do fato. O ponto considerado fulcral ao confronto era a cobrança de pedágio por parte dos índios. Inclusive uma pessoa entregou o recibo à Pública, indignado com o valor “‘Cem reais,’ revolta-se. ‘Cem reais!’ O madeireiro Nelson Vanazzi considera o

frete da Transamazônica 'o mais caro do Brasil'. (CASTILHO, 2014). De uma forma geral, o clima é de ódio. Todos dizem que os indígenas precisam ser mortos, mas a reportagem destaca que pouco ou nada se fala sobre outros crimes como os ambientais, grilagem, matanças e perseguições.

Outro contraponto dado pela Pública (expondo versões da comunidade de Humaitá e dos indígenas Tenharim) está nos últimos expõem as pessoas que fomentam a violência. Entre eles estão comerciantes, madeireiros e políticos. No final do texto, em um box, é possível observar uma conclusão da reportagem. Fazendo alusão à cidade imaginária criada por Gabriel García Márquez, o texto faz o comparativo dizendo que a cidade "move-se a partir do fatalismo" (CASTILHO, 2014). Na expressão de fundo moral da reportagem, claramente a posição do conteúdo está em defesa aos indígenas acusados sem qualquer prova e o sentimento de "inveja" expressado nas falas dos entrevistados.

Os recursos visuais auxiliam muito na narrativa. As fotografias das comunidades (feitas pelos próprios repórteres) ilustram as cenas narradas na reportagem. Torna-se mais fácil ao leitor visualizar o local tão amplamente narrado nas nove cenas; A intenção de afirmar os pontos que a Pública defende se evidenciam pelos registros fotográficos.

Existem apenas dois links, um interno (ligado a uma continuação da reportagem que reforçam a noção de veracidade do fato bem como contextualizam mais amplamente a reportagem) e outro externo, redirecionado para o site Amazônia real. No link, uma notícia expondo a busca da polícia federal pelos três moradores de Humaitá. Da mesma maneira a notícia contextualiza pela factualidade e noção de presente um fato que foi amplamente trabalhado na reportagem da Pública.

5 “JOGADOS AOS LEÕES”

A reportagem “Jogados aos leões” traz os interesses relacionados ao apoio de deputados à redução da maioria penal. Destaca também que as estatísticas contrariam um mito: de que os adolescentes representam grande perigo. Os dados demonstram que eles são as principais vítimas de homicídios. A reportagem inicia com um relato longo, com muitos

trechos entre aspas e poucas intervenções da repórter. É a história de Pixote, de 29 anos que diz ter vencido as estatísticas e passado dos 15 anos, quando lhe diziam o contrário.

A reportagem já instiga o leitor a acompanhar os conflitos e sofrimentos que os jovens enfrentam quando não possuem oportunidades e são expostos a perigos. É Pixote quem puxa os dados, é o personagem que humaniza as estatísticas posteriores. A fala da coordenadora do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (Gevac), Jacqueline Sinhoretto, intenta dar credibilidade acadêmica à versão que defende como equívoco pensar que a redução da maioria resolveria o problema da violência. A reportagem ainda lança os dados retirados do Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil, da Secretaria-Geral da Presidência da República. O documento explora que o homicídio é a principal causa de morte dos jovens entre 15 e 29 anos. Destas mais da metade eram negros e entre os jovens 77% eram pretos e pardos e mais de 90% homens. Informações da ONU também são utilizadas para comprovar o erro de se reduzir a maioria penal, apontando que 0,013% dos jovens cometem atos contra a vida.

Em mais relatos, a marca da presença do repórter se faz evidente "Em uma rua do Jardim Maria Sampaio, no Campo Limpo, zona sul de São Paulo, sentado na calçada vendo o tempo passar, encontramos – eu, o fotógrafo José Cícero da Silva e o grafiteiro Gamão, que nos ajudava na missão – Pedro*, 17 anos, com duas passagens pela Fundação Casa" (DIP,2015).

Um dos deputados, Benedito Domingos (PP), argumenta a favor da redução da maioria usando passagens bíblicas. A Pública destaca a passagem "A alma que pecar, essa morrerá' (Ez. 18)", trecho que sequer faz menção à idade ou à redução de maioria. A reportagem também buscou conhecer os argumentos da maioria dos deputados e apenas quatro deram uma resposta.

Um elemento que traz a noção de verdade bem como relembra os fatos anteriores é o trecho da reportagem que relembra a PEC 171 aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça que altera a redação em relação à imputabilidade penal de maiores de 16 anos, em que 42 deputados foram a favor e 17 contrários. A reportagem traz a argumentação do deputado Benedito Domingos (PP) de que a capacidade de discernimento de um jovem de 16 anos é a mesma do de 18 anos. A fim de defender o contrário, a Pública dá voz aos especialistas.

Outra forma de reforçar é utilizando os dados: em 57 países apenas 17% tem maioria penal inferior a 18 anos, destacando a importância de medidas socioeducativas.

Duas outras fontes, as defensoras públicas do núcleo de Infância e Juventude Lígia Cintra de Lima Trindade e Fernanda Balera defendem que o jovem já está em um "sistema repressivo" e que por vezes os adolescentes são presos por atos que nem mesmo os adultos são. Expõem como os julgamentos são feitos, em que até o fato do jovem ouvir funk ou rap são pontos de influência. São as mães que levam as broncas pela criação dos filhos e a figura do pai é inexistente. Humaniza-se, novamente, não por um personagem específico, mas por exemplos vivenciados pelas defensoras que fazem parte de um contexto mais amplo. Outra questão é a tortura dos jovens que estão sob a tutela do Estado, sobre as revistas vexatórias, agressões físicas e psicológicas. Dentre as expressões usadas para humanizar os relatos, destaca-se na fala dos meninos: "passei meu veneno na Fundação Casa", "com um garfo na mão espetando até o cão", "pagava canguru", são exemplos.

Quanto aos recursos visuais, a Pública apresenta fotos dos jovens sem mostrar os rostos. Se a reportagem não pode mostrar os jovens, por questão de segurança e possibilidade de retaliações, fortalece o relato nos detalhes, evidencia o cenário em que os jovens se encontram e traz um ar de dramaticidade à composição fotográfica, configurando um forte elemento de humanização da narrativa. A reportagem publicou o panfleto da Fundação Casa com orientações de como deve funcionar a revista realizada nos jovens. Nele é possível contrapor o relato das diversas revistas sofridas pelos jovens, com o modo apresentado pelo panfleto, não aplicado na prática. Os links internos e externos complementam a reportagem, utilizando o recurso de memória.

6 “AS QUATRO IRMÃS”

A reportagem trata de quatro grupos econômicos que atuam no país: Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Expõe os negócios familiares, financiamento de campanhas, proximidade com governo, etc. Apesar de ligadas à construção civil, existem diversos outros setores responsáveis pelo lucro das empresas, como agronegócio, moda, petroquímica, setor armamentário, telefonia e concessões diversas. A reportagem inicia

apresentando de maneira rápida as quatro irmãs bem como uma característica bastante comum nos grupos econômicos formados no Brasil: a concentração da renda em um grupo familiar, gerando a formação de capital monopolista. A caracterização é feita pelo cientista político da UNIRIO, João Roberto. A reportagem demonstra que as empresas são financiadoras de campanha, investindo juntas 479 milhões no período de 10 anos. No Rio de Janeiro, o PMDB é o maior beneficiado com mais do que a soma de quatro outros partidos: PT, PSDB, PV e DEM. Um novo dado é posto a partir da Lei de Acesso a Informação, em que o governo federal também faz incentivos às empresas. Entre os anos de 2004 e 2013 o BNDES fez 1665 transferências para as construtoras gerando 1,7 bilhão de empréstimos.

A partir daí a Pública se dedica a apresentar cada uma das grandes empresas. A primeira delas é a OAS; nesse trecho a Pública deixa de apresentar os dados de maneira mais direta a fim de contar um pouco sobre cada uma delas. O trecho inicia com as paródias mais comuns com o nome da OAS: "Obras Arranjadas pelo Sogro", "Obrigado Amigo Sogro", "Organização Apoiada pelo Sogro". O sogro em questão é Antônio Carlos Magalhães e o genro é Cesar Araújo Mata Pires, dono do grupo. A segunda irmã, Camargo Corrêa, é exposta a partir do intertítulo "O Império de Areia". Um intertítulo bastante narrativo, muito utilizado nos processos do Ministério Público. Servem para marcar a história bem como ser memorizado mais facilmente. O império criado pelos fundadores, vindo do transporte de areia começa a ruir a partir das denúncias de ilegalidade.

A terceira irmã é gestada por Santo Estevão, Sant'Ana e São Miguel, como são chamadas as administradoras, em que se encontram vinte membros da família Andrade e dois da Gutierrez. Enquanto até 1989 o lucro era quase todo vindo de obras públicas, com a crise de 1980 os caminhos tomados foram outros: o ramo das teles e o de concessões de administração de rodovias no país. A última das irmãs, a Odebrecht, é a maior beneficiada dos recursos relacionados à Copa e Olimpíadas e líder na construção civil do Brasil. No momento da reportagem, a empresa possuía R\$ 142,3 bilhões em ativos, atuando em diversos setores como o de petróleo, agronegócio, defesa, meio ambiente, finanças, etc. Também possui investigações e suspeitas em relação a seus negócios. Assim como as outras, a Odebrecht adaptou-se às condições políticas e econômicas do país. A empresa recebe

financiamentos bilionários do BNDES e tinha Lula como aliado. A maioria das viagens internacionais do ex-presidente foram pagas pela Odebrecht.

Esta reportagem relembra fatos históricos a fim de contextualizar o tema tratado. Pode-se dizer que ela parte de quatro núcleos (as empresas), personificados em seus gestores. Destacam-se as datas que a Pública expõe relacionadas aos valores: "Entre as eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram mais de R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil"; "Por meio da Lei de Acesso à Informação, a reportagem apurou que, entre 2004 e 2013, o BNDES realizou 1665 transferências para as construtoras das quatro irmãs', totalizando mais de R\$ 1,7 bilhão em empréstimos"; ou em "Criada em 1976, a empresa levou apenas oito anos para ficar entre as dez maiores do Brasil" (BELISÁRIO, 2014). Por mais que a narrativa neste caso seja mais direta, trechos aliviam essa característica como: "O futuro encontro dele com a filha de ACM iria aquecer não só seus corações, mas também os negócios da empresa".

Dos recursos visuais da reportagem, um infográfico apresenta as doações feitas para partidos das quatro irmãs, pela ordem dos que mais receberam, entre os anos de 2002 e 2012. O infográfico seguinte expressa a evolução das mesmas doações. A Pública ainda destaca os anos em que as doações foram maiores, por cada uma das quatro irmãs. Algumas fotografias expõem memórias das empresas. Vão ao encontro à humanização dos personagens, a partir da origem dos fundadores das empresas. Alguns hiperlinks contextualizam fatos narrados no texto, complementando a produção a partir de notícias.

7 “COMO SE ABSOLVE UM POLICIAL”

A reportagem trata da negligência em investigações bem como a omissão do Ministério Público em denúncias contra policiais. Expõe ainda a persistência da máxima "bandido bom é bandido morto". O conteúdo inicia com um personagem, Dorian Ferreira de Aquino, que perdeu o filho Dileone morto pela PM. Há duas versões do caso: na primeira, os PMs teriam pego o rapaz em flagrante de roubo e que ele teria se ferido em uma troca de tiros com os agentes. Em seguida, disse que o restante da mercadoria roubada estava em um cemitério; lá Dileone teria atacado os agentes que, em resposta, lhe alvejaram. A segunda

versão é de uma mulher que ligou para o 190 e explicou que a PM teria tirado uma pessoa de dentro do carro no cemitério e atirado nele. Denúncia que evitou que o processo "caísse na gaveta". Diversas versões foram contadas pela PM.

A terceira versão é a mais interessante. Um dos policiais se saiu com o argumento de que teria ido ao cemitério para cometer suicídio: como o suposto "meliante" havia sido ferido, temia ser afastado do cargo e demitido. Ao tentar disparar contra sua cabeça, o outro agente teria desviado a arma para salvá-lo, o que teria dirigido o projétil para Dileone, penetrando seu tórax de cima para baixo, ou seja, com a vítima provavelmente sentada (PERES, NETO, DOMENICI, 2015).

A reportagem, portanto, abre trazendo um personagem que corresponde à minoria entre os diversos casos. O aparecimento de uma testemunha mudou os rumos da investigação que foi a julgamento. O relato segue com as falas dos pais de Dileone que se sentiram intimidados durante o Júri pela presença massiva de policiais bem como pelo tratamento indevido do advogado de defesa dos PMs, que tratava Dileone como "ladrão" e "vagabundo". O resultado do júri, segundo a Pública, foi contraditório, pois absolveu os policiais mesmo indicando que eles mataram Dileone.

A intenção da reportagem é personificar, a partir de uma história, um fato bastante recorrente em ações da PM não investigadas. As análises que seguem, a partir das pesquisas e dos especialistas, trazem a mesma conclusão: "[...] descaracterização da cena do crime mediante o pretexto de que a vítima estava ferida e precisou ser levada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos e morreu no caminho" (PERES, NETO, DOMENICI, 2015). Na reportagem, é colocado também que o Ministério Público é o principal responsável, pois cabe ao órgão fiscalizar a polícia.

A narrativa apresenta diversos problemas que levam à morte e impunidade. O sistema como um todo está equivocado: a ausência de provas do outro lado da história, bem como da possibilidade de a vítima dar sua versão, a negligência do MP ao analisar e julgar o caso e a visão de "vingança" dos júris. Todas as etapas do sistema recaem em um ciclo de impunidade perante tantos casos de assassinatos cometidos por policiais.

A narrativa reforça o relato das mães que buscam por justiça. Partindo sempre da exceção, apenas um dos crimes de maio de 2006 conseguiu ter um desfecho justo, em que duas defensoras públicas conseguiram provar a verdade da morte de três jovens. Eles estavam

em um lava rápido em São Paulo e foram ameaçados pelos policiais que estavam em uma moto. Eles tentaram se proteger no local, mas três deles foram perseguidos e mortos. A atuação das defensoras, a forma do movimento ‘Mães de Maio’ e o depoimento de uma testemunha que viu tudo do telhado do lava-jato foram determinantes para a comprovação do fato. As datas, nomes das defensoras, local do assassinato são pontos que marcam a veracidade dos fatos assim como os relatos humanizam as narrativas.

A expressão de fundo moral está presente em toda a narrativa, desde a expressão dos números aos relatos. A rememoração de casos antigos, que ainda repercutem ou terminaram impunemente, também auxilia na construção do conteúdo a fim de que se compreenda que essas situações ocorrem há muito tempo e continuam acontecendo sem que pouco ou nada seja feito. As fotografias das pessoas assassinadas e dos familiares auxiliam na composição de verdade e dramaticidade dos fatos. Outro recurso visual é essencial à narrativa, o áudio da denúncia feita no caso de Dileone. Como é o ponto para que o caso da morte do rapaz seja investigado, a exposição do áudio esclarece e humaniza a narrativa logo no seu início. Assim como nas narrativas analisadas anteriormente, os hiperlinks auxiliam na composição, lembrando fatos, alguns de apuração da própria Pública, outros de apuração externa ou de relatórios e pesquisas.

8 AS CARACTERÍSTICAS NARRATIVAS DA PÚBLICA

Na análise das seis reportagens, pode-se fazer algumas considerações. As reportagens apresentam hiperlinks que contextualizam o texto, ou relatam na própria produção composições de memória ao fato ali narrado. O conflito exposto na produção, naturalmente abre a narrativa que, por vezes se atenua como em “Olhar indigesto”, ou trabalha com pontos de conflito alternados com trechos mais tênues como em “Jogados aos Leões”. A individualização do personagem normalmente é bem marcada nas narrativas da Pública, trazendo detalhes e clareza nas motivações de justamente aquele personagem estar naquele ponto da narrativa. Pode ser pelo critério de raridade, bastante claro em “Como se absolve um policial”. Pode ser, ainda, relatos que se justificam pela força dos personagens, como em “Jogados aos leões”. A Pública traz até mesmo nos dados esses pontos de humanização,

compondo cifras, porcentagens e números a relatos ou falas de especialistas que detalham os dados. Se não é pelo olhar do especialista, é pelo do próprio jornalista que busca esmiuçar aquele valor em vivências individuais.

A Agência sempre intenta expor nomes, órgãos, pesquisas, instituições e valores numéricos de maneira precisa. Apesar de em certos casos não ser possível (por questão de segurança da fonte) apresentar todos os nomes, a reportagem busca outros artifícios para dar veracidade ao relato, como uma fotografia que não expõe o rosto, detalhes de sentimentos passados na fala da fonte, do ambiente em que foi entrevistado, nas expressões postas entre aspas. Um modo de garantir essa veracidade é por meio dos hiperlinks que redirecionam para notícias de outros órgãos que apresentam de maneira mais factual fatos passados no relato da reportagem. Quanto às expressões que conferem noção de humanização, as reportagens normalmente trazem o relato da fonte com os jargões e gírias, fortalecendo a veracidade do relato. Sobre o contexto em que as reportagens se inserem, sempre há um olhar denunciante, independente se a reportagem lança mão das histórias dos personagens na narrativa ou não.

A Pública normalmente faz links com a origem dos dados que está trabalhando, com conteúdos veiculados em outros sites e com suas próprias produções. Todas as reportagens possuem uma expressão de fundo moral. Algumas delas são marcadas em todo o conteúdo, outras possuem essa expressão mais forte no final. Por exemplo, ao colocar em pauta a redução da maioria penal, a reportagem apresenta informações que fortalecem as motivações para ser contra tal medida.

Da mesma maneira, os recursos visuais também são utilizados para humanizar a narrativa. No caso dos hiperlinks, como já foi destacado anteriormente, eles são utilizados para expandir a narrativa, ampliando um fato que não é o foco da reportagem, mas é importante. Da mesma forma a multimídia cumpre o seu papel em compor a narrativas: nas fotografias humanizando os relatos. Os infográficos também possuem esse papel ao oferecer a dimensão visual do relato, esclarecendo o que o texto busca narrar e humanizar.

Tais recursos, desde as construções textuais, modos de personalização e humanização das fontes, às inserções visuais a partir da multimídia ou links, compõem uma narrativa ímpar e ampla. Ímpar, pois se trata da produção de jornalismo investigativo no âmbito online, financiado publicamente e coletivamente, com caráter de Agência de Notícias, numa

composição textual narrativa e humanizada, plural e para além do entendimento dos “dois lados da questão”. Ampla, pois utiliza as possibilidades que o meio online proporciona para expor um tema com a maior quantidade de informações úteis a sua composição. O leitor tem, portanto, a autonomia em se basear apenas no conteúdo da Pública ou acessar outros meios que ampliam o contexto e dão novas visões sobre o assunto.

Deste modo a narratividade entrelaçada aos dados, não como dois recursos utilizados separadamente, mas sim como partes de uma mesma composição textual, permitem uma narrativa humanizada. A narratividade textual da Pública se revela em todos os mecanismos e marcas de caracterização do jornalismo investigativo, propiciadas pela ampla e longa apuração bem como pelos recursos que o meio online permite.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Y; BARBOSA, S; NORMANDE, N. Produção horizontal e narrativas verticais: novos padrões para as narrativas jornalísticas. XXIII Encontro Anual da Compós. **Anais...** Belém, 2014. Disponível em: <http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10_ESTUDOS_DE_JORNALISMO/artigo_gtjornalismo_sbarbosa_naara_yuri_2238.pdf> Acesso em: 26 out. 2015.

ALVES, A. F.; SEBRIAN, R. N.. Jornalismo Humanizado: O Ser Humano Como Ponto de Partida e de Chegada do Fazer Jornalístico. IX Intercom Sul. **Anais...** Disponível em: <http://www.academia.edu/1821983/JORNALISMO_HUMANIZADO_O_Ser_Humano_Como_Ponto_de_Partida_e_de_Chegada_do_Fazer_Jornal%C3%ADstico> Acesso em: 18 dez. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>> Acesso em 12 out. 2015

PÚBLICA. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Disponível em: <publica.org> Acesso em: 07 jul. 2015.

SILVA, Amanda. A vida cotidiana no relato humanizado do perfil jornalístico. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. V.7 N. 2. Jul. a Dez. de 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924.2010v7n2p403/14470>> Acesso em 22 jan. 2016

REFERÊNCIAS DO CORPUS DE ANÁLISE

BELISÁRIO, Adriano. As Quatro Irmãs. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>> Acesso em 17 set. 2015.

CASTILHO, Alceu Luís. A batalha de Humaitá. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 13 jan. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/01/batalha-de-humaita-tenharim/>> Acesso em 19 set. 2015.

DIP, Andrea. Jogados aos leões. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 25 maio 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/05/jogados-aos-leoes/>> Acesso em 15 set. 2015

DOMENICI, T.; NETO, M.; PERES, J. Como se absolve um policial. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/03/como-se-absolve-um-policial/>> Acesso em 01 out. 2015.

MONTEIRO, Gabriel; MOTA, Jessica. Olhar indigesto. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 20 maio 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/05/olhar-indigesto-ditadura-familia/>> Acesso em 14 set. 2015.

VIANA, Natalia. Em 2014, Sabesp vendeu água do Cantareira com desconto. **Pública:** Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 28 abr. 2015. Disponível em <<http://apublica.org/2015/04/em-2014-sabesp-vendeu-agua-do-cantareira-com-desconto/>> Acesso em 01 out. 2015.